

VERNIER, Bernard. 1991. *La genèse sociale des sentiments: aînés et cadets dans l'île grecque de Karpathos*. Paris: Éd de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales. 307pp.

**Simone Becker** “*La genèse sociale des sentiments (...)*” de Bernard Vernier é uma obra importante à antropologia social, sobretudo pela maneira como o autor utiliza os detalhes etnográficos, estatísticos, documentais e históricos aliados às suas hipóteses teóricas. Sua abordagem teórica questiona alguns dos legados do estruturalismo *levistraussiano*, reiterando por outro lado as contribuições de Bourdieu, Freud e Stekel.

A ilha grega de Karpathos, escolhida como objeto de estudo, evidencia exploração nas relações de parentesco, nas quais prevalece a dominação dos primogênitos sobre os caçulas, e dos homens sobre as mulheres. Deparamo-nos com um sistema caracterizado pela nítida divisão de linhagens masculinas e femininas no seio familiar, sendo o primogênito herdeiro do pai e a primogênita da mãe, e os demais filho(a)s figurando *a priori* sob a qualidade de deserdados. A nomenclatura surge como suporte simbólico dentro de cada linhagem, haja vista, que o pertencimento a essas linhagens se faz através do nome recebido, quer se trate de um(a) primogênito(a) ou um(a) caçula. Nesse sentido, tanto a concessão dos nomes quanto a transmissão dos bens contemplam os primogênitos em detrimento dos caçulas, alimentando um sistema cuja dominação transcende o campo objetivamente econômico. Assim as relações de exploração invadem um conjunto de trocas (e interesses) simbólicas e afetivas que retratam a circulação de diferentes capitais no interior do núcleo familiar. O autor demonstra a importância dos sentimentos para a continuidade destas relações assimétricas.

As estratégias de sucessão e de educação das linhagens visam – geração após geração – reproduzir posições na estrutura social local. A nomenclatura, enquanto estratégia, possibilita a unidade da linhagem, do grupo fraterno e da família nuclear,

à medida que filhos e filhas recebem o nome de um ancestral paterno e materno, legitimando com isso o direito de herança dos primogênitos, que passam a figurar como representantes das linhagens. Portanto, ao filho primogênito atribui-se o nome do avô paterno, à primogênita o da avó materna, à segunda filha o nome da avó paterna, ao segundo filho o do avô materno, e assim sucessivamente, postulando-se que esses ancestrais ressuscitarão em seus homônimos. Esse “ressuscitar” denominado de *anastassi*, gera uma série de ônus e reembolsos de dívidas simbólicas e econômicas entre os membros de uma mesma linhagem, pois o ancestral homenageado pode constituir seu homônimo como herdeiro de sua fortuna. Essa prática de nomenclatura reduz o estoque de nomes por linhagem e amplia a quantidade de homônimos em diferentes gerações, proporcionando uma verdadeira divisão do grupo em fratrias.

Ao falar em capacidade de iniciativa deve-se considerar que os agentes sociais obedecem, ou não, às regras do “jogo” segundo os seus próprios e diversos interesses. Em Karpathos os indivíduos subvertem o universal, sobretudo na questão da herança. A escolha de um nome perpassa cálculos interessados milimétricos, gerando disputas internas no grupo fraterno, exatamente porque os filhos caçulas também podem entrar no jogo da sucessão de maneira “desinteressada”, à medida que ressuscitam por meio de seus filhos (ou pelo próprio nome) determinados ancestrais abastados, principalmente quando a primogênita da família não possui filhos. Outra possibilidade reside nas atitudes de dissimulação ou jogo duplo, onde o(a) caçula registra seu (sua) filho(a) como homônimo(a) de diferentes ancestrais abastados – pertencentes à sua própria linhagem ou à de seu (sua) cônjuge – maximizando, desse modo, as tentativas de herdar por um dos lados, principalmente porque “là où va la fortune, là va aussi l’amour” (:115), malgrado as regras e comportamentos que reiteram a exploração e a dominação dos primogênitos sobre os caçulas.

Não se limitando a uma visão das relações de dominação no âmbito familiar, o autor esclarece que Karpathos é socialmente composta pelos *canacares* – sub-grupos definidos por Vernier como classe dominante, *paysans moyens*, *paysans pauvres e bergers* –, sendo que os critérios de diferenciação entre essas classes, até meados do século XX, restringiam-se à propriedade, quer das melhores terras destinadas ao cultivo de algodão e trigo, quer das técnicas agrícolas mais avançadas ou ainda da maioria dos moinhos. Com as escolhas matrimoniais, as famílias pretendem adquirir, manter, restaurar ou aumentar seus capitais simbólico e econômico, impossibilitando o casamento entre diferentes classes. Um estreitamento entre as diferentes classes ocorre através do batismo, laço capaz de assegurar o distanciamento tradicionalmente existente.

Ao abordar os casamentos locais realizados entre parentes, Vernier enuncia seu afastamento do estruturalismo *levistraussiano*, pois – aos seus olhos – essa vertente teórica desconsidera a iniciativa dos agentes ou os comportamentos, sobretudo no tocante à transgressão sistemática da proibição do incesto, estreitamente vinculada

com a importância da nomeação neste contexto etnográfico. Dessa maneira, o autor aproxima-se das análises veiculadas por Bourdieu, nas quais os indivíduos figuram como agentes portadores de interesses e capacidade de invenção, sem que a noção de estrutura seja negligenciada.

A principal marca desta obra é demonstrar a importância assumida pelo prenome em Karpathos, capaz de influenciar as escolhas matrimoniais. Graças às perspectivas teóricas de Freud e de outro psicanalista, Stekel, o autor considera estas escolhas como incestuosas e baseadas no fetiche do nome. Calcado nas entrevistas, nos dados estatísticos e nas publicações feitas em jornal local, Vernier põe à prova a hipótese freudiana de que “le garçon peut reporter sur la soeur l’amour qu’il avait éprouvé auparavant pour la mère dont l’infidélité l’a si profondément froissé” (:275). Isso o leva a observar – influenciado por Stekel – que a escolha do(a) cônjuge está relacionada ao prenome de parentes próximos com os quais se têm uma ligação afetiva forte.

Nas relações fraternas, a afeição decorre do auxílio prestado pelos irmãos às irmãs, materializado no acompanhamento aos bailes, na procura de um marido e na constituição do dote, recebendo esses irmãos todo o reconhecimento, admiração, respeito e serviços domésticos diversos de suas irmãs (não esquecendo que essa reciprocidade dá-se entre os irmãos pertencentes à mesma linhagem, o que leva o primogênito a ser admirado pela segunda e quarta irmãs e o segundo filho em ordem de nascença a ser admirado pela terceira e quinta irmãs). No caso dos pais, a admiração e afeição decorre do carinho e proteção despendidos pela mãe, e pelo auxílio econômico advindo do pai, sobretudo aos filhos que representam as respectivas linhagens. Seguindo esse raciocínio, uma mãe adorará casar seu segundo filho com uma homônima sua ou de sua filha primogênita. O pai, por sua vez, dotará com muito prazer sua segunda filha, que casar-se-á com um homônimo seu ou do filho primogênito. São essas formas de transferir a afetividade centrada no nome – dando vazão à prática incestuosa desejada em Karpathos e ignorada por Lévi-Strauss, cujas formulações teóricas deixam a impressão de que a proibição do incesto não é passível de transgressão em sociedade alguma.

Não menos importante é a ênfase atribuída ao inconsciente, que no decorrer da obra afasta-se do plano individual para adquirir um viés social. Em outros dizeres, Vernier propõe a sua construção a partir das relações sociais, visível nas escolhas matrimoniais, e assim o fazendo, converge para o conceito de inconsciente coletivo há 60 anos enunciado por Jung.

---

**Simone Becker** é mestrande no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFPR.